

Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011: estudo de caso no Governo do Ceará

José Iran de Paula Melo

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. Paulo César de Sousa Batista

Universidade Estadual do Ceará - UECE

<https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/4840>

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo mostrar a avaliação do Plano Plurianual 2008-2011, mediante monitoramento de programas e projetos prioritários (MAPP) do Governo do Estado do Ceará, coordenada pela secretária do planejamento e gestão (SEPLAG) em parceria com as secretarias setoriais. Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa, tendo como estratégia a realização de estudo de caso sobre a experiência de planejamento público do estado e suas contribuições à gestão do PPA 2008-2011.

Palavra-chave avaliação; monitoramento de projetos; planejamento público; gestão pública.

Abstract

The present work aims to show the evaluation of the Pluriannual Plan 2008-2011, through monitoring of programs and priority projects (MAPP) of the Government of the State of Ceará, coordinated by the secretary of planning and management (SEPLAG) in partnership with the secretaries sector. Methodologically, the research is qualitative, having as strategy the accomplishment of a case study about the public planning experience of the state and its contributions to the management of PPA 2008-2011.

Key-word evaluation; project monitoring; public planning; public administration.

Introdução

Este trabalho investiga a experiência de planejamento do Governo do Estado do Ceará associada à Gestão do Plano Plurianual (PPA 2008-2011). Mais especificamente, tem como objeto a avaliação do Plano Plurianual 2008-2011, mediante monitoramento de programas e projetos prioritários (MAPP).

Como parte dessa experiência, o governo do estado redefiniu o Sistema Estadual de Planejamento e institucionalizou a Rede Estadual de Planejamento, através do decreto de nº 29.917, de 08 de outubro de 2009, que se constituiu na estrutura que deu suporte ao monitoramento de projetos prioritários contidos no PPA 2008-2011, bem como à

coordenação dos instrumentos de planejamento governamental (Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual).

Metodologicamente, o presente trabalho compreende uma pesquisa qualitativa e descritiva, baseada na análise de documentos, dentre os quais, PPA 2008-2011, instituído pela Lei estadual 14.053, de 07 de janeiro de 2008 (CEARÁ, 2008 a), os relatórios de avaliação e revisão do plano (CEARÁ 2008a, 2009a e 2010a) e o documento Monitoramento de Projetos Prioritários do Estado do Ceará (SEPLAG, 2011).

Em termos de estrutura, além da introdução, este artigo contempla um capítulo sobre monitoramento de programas e projetos fundamentado na teoria do planejamento público, outro sobre a experiência da Rede de Estadual de Planejamento e sua contribuição ao planejamento do estado do Ceará, o terceiro versa sobre a Análise da experiência de planejamento do Ceará no contexto dos planos plurianuais, o quarto capítulo é sobre o referencial metodológico, e por último, o capítulo sobre os resultados do estudo de caso e as considerações finais.

Monitoramento e avaliação de programas e projetos governamentais

Este capítulo aborda a implantação de um sistema de monitoramento e avaliação, fundamentado na teoria do planejamento público quanto à sua natureza, especificamente no tocante ao planejamento situacional, que relaciona a otimização do sistema vigente a entradas e saídas, numa tentativa de aumentar o nível de eficiência do mesmo. Entenda-se por sistema vigente o modelo de planejamento advindo da constituição de 1988, que estabeleceu a integração entre planejamento e orçamento, onde o programa é a unidade de gestão voltada para resultados (BRASIL, 1988). Nessa perspectiva, admite-se que um sistema de monitoramento e avaliação em sentido lato pode ser entendido como o conjunto de atividades articuladas, sistemáticas e formalizadas de produção, registro, acompanhamento e análise crítica de informações geradas na gestão de políticas públicas, de seus programas, projetos, produtos e serviços, por meio de organizações e agente públicos envolvidos, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão quanto aos esforços necessários para aprimoramento da ação pública (Jannuzzi, 2009).

Em relação à especificidade, o monitoramento objetiva fornecer aos gestores públicos informações mais simples e tempestivas sobre a operação e os efeitos de programas e projetos, mediante acompanhamento de indicadores de monitoramentos. Ao passo que a avaliação tem o propósito de subsidiar formuladores de políticas públicas, gerentes de programas e projetos com informações mais detalhadas, por ocasião das pesquisas de avaliação (Jannuzzi, 2009). Aprofundando o processo avaliativo sob o aspecto conceitual, define-se também avaliação como elemento básico do planejamento e traduz a possibilidade de se tomar decisões que superem soluções erráticas e não fundamentadas, elevando-se o grau de racionalidade de tais decisões, confrontando a situação previamente existente ao planejado e os objetivos e metas a serem alcançadas (GARCIA, 2001).

Quanto ao cumprimento de metas, é necessário uma análise aprofundada da coerência do planejamento em vigor com as características do modelo de gestão do plano, considerando que a implementação de políticas públicas exige compromisso e priorização por parte de executores do planejamento e gestores públicos.

É crescente a tendência de desmistificação de que o planejamento pode prever e controlar tudo, no entanto, constitui-se no ponto central para tornar viável a execução de políticas públicas (GARCIA, 2001), pois, enquanto o planejamento governamental envolve esforços e articulações para a construção de um projeto coletivo visando implementar as transformações necessárias para se atingir objetivos comuns, os gestores públicos devem atuar junto aos agentes e lideranças da sociedade civil para garantir a sustentabilidade da administração pública (GARCIA, 2001).

A gestão pública orientada para resultados tem-se mostrado uma resposta a esses desafios, considerando a forma conceitual de planejamento adotado no Brasil, que é intensivo em gestão. Nesse sentido, metas e objetivos previstos nos planos plurianuais são

materializados pelos orçamentos públicos anuais conforme orienta o planejamento situacional, no tocante ao sistema vigente, que se utiliza do monitoramento e da avaliação de políticas públicas e programas governamentais com objetivo de orientar a elaboração dos orçamentos subsequentes e a revisão do plano em vigor, visando à eficiência do sistema.

Entretanto, a adoção da gestão por resultados é um processo complexo que depende do entorno político e institucional (GARCES; SILVEIRA, 2002)

A complexidade do tema, seus requisitos e componentes culturais, embora não se constituam fatores impeditivos para sua adoção, influenciam a escolha da abrangência e da estratégia de monitoramento e avaliação de políticas públicas, programas e projetos governamentais.

Rede Estadual de Planejamento

Em 2007, o Governo do Estado do Ceará promoveu diversos eventos visando à elaboração do Plano Plurianual 2008-2011. Naquela ocasião, decidiu-se pela adoção de um modelo de Gestão Pública por Resultados (GPR), no qual foram definidos os resultados estratégicos e setoriais de governo, que subsidiaram a elaboração de programas e projetos prioritários (MAPP) introduzidos no plano.

O MAPP, portanto, se constituiu na carteira de programas e projetos estratégicos e setoriais do estado, que foram monitorados, objetivando orientar a tomada de decisão no âmbito gerencial de governo (CEARÁ, 2008 a).

Nessa perspectiva, o Governo do Estado redefiniu o Sistema Estadual de Planejamento e institucionalizou a Rede Estadual de Planejamento através do Decreto nº 29.917, de 08 de outubro de 2009, que passou a ser a responsável pela condução dos processos de planejamento, orçamento e gestão pública por resultados, no âmbito da administração pública estadual (CEARÁ, 2008 a).

A Rede Estadual de Planejamento se constituiu na estrutura sistêmica que deu suporte ao sistema de monitoramento de programas e projetos prioritários, coordenou a elaboração, avaliação e revisão do Plano Plurianual 2008-2011, e definiu indicadores contidos na matriz de GPR.

Quanto à estrutura da Rede Estadual de Planejamento, essa se constituiu das Unidades Setoriais de Planejamento, dos Escritórios de Planejamento nas secretarias setoriais, e do Comitê de Monitoramento formado pela Secretária do Planejamento e Gestão, Casa Civil e Gabinete do Governador.

As Unidades Setoriais de Planejamento tiveram como funções, a coordenação da elaboração dos instrumentos de planejamento governamental, no caso, Plano Plurianual 2008-2011, Orçamentos Anuais, bem como as revisões e avaliações do plano.

Os Escritórios de Planejamento fizeram o monitoramento intensivo de programas e projetos prioritários, enquanto o Comitê de Monitoramento teve como função acompanhar a execução dos principais projetos estratégicos do estado, que impactaram nos resultados do governo, bem como na mitigação de ameaças a execução desses projetos (CEARÁ, 2008a).

Em relação à Rede Estadual de Planejamento, pode-se dizer que: contribuiu para a otimização do Sistema Estadual de Planejamento, promovendo melhorias no desempenho dos instrumentos que responderam pelo ciclo do planejamento público (Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual), bem como dos processos de monitoramento de programas e projetos estratégicos e de avaliação do plano, visando à eficácia e efetividade das políticas públicas com foco em resultados (CEARÁ, 2008a, 2009a e 2010a).

A avaliação do PPA2008-2011 identificou a necessidade de realinhamento das políticas e programas do governo, visto que as políticas públicas sofreram interferência do contexto em que as mesmas foram inseridas, o qual muda constantemente e com uma velocidade cada vez maior, em virtude de diversos aspectos como a expansão das

tecnologias de informação e comunicação e da interconexão das economias (CEARÁ, 2010a).

Nesse processo, a busca pela legitimidade do governo é essencial para a oferta de bens e serviços à sociedade, afinal, as instituições governamentais devem representar os interesses da sociedade cearense. Governar é um processo muito dinâmico. As demandas da sociedade são sempre crescentes e bem diversificadas, em contraponto aos recursos para atendê-las, que são escassos, cabendo ao governo fortalecer os seus métodos e instrumentos de gestão, pautando-se pela eficiência, eficácia, economicidade e efetividade de suas ações. Assim sendo, a revisão do Plano Plurianual 2008-2011, levou a um processo reflexivo quanto à necessidade de mudanças no ambiente interno que afetaram a concretização de ações planejadas e de resultados pretendidos, e dos ajustes necessários a serem feitos, visando os resultados almejados pelo governo com foco em resultados (CEARÁ, 2010a).

Ceará no contexto dos planos plurianuais

O Plano de Governo “Ceará Melhor” (1991-1994), primeiro plano do Estado no contexto dos planos plurianuais, ressaltava a importância do papel indutor do Estado e deveria ser orientado de acordo com as seguintes diretrizes: 1) contribuir para o desenvolvimento econômico o mais equilibrado possível do ponto de vista da distribuição pessoal e espacial de renda; 2) imprimir um processo de modernização e de competitividade das atividades econômicas, sem danos ao meio ambiente; e 3) apoiar o desenvolvimento da cidadania (CEARÁ, 1992).

A primeira diretriz foi alicerçada em dois objetivos básicos. O primeiro estava assentado nos setores da educação e da saúde, como forma de melhoria da qualidade de vida da população e da força de trabalho necessária para o aumento de produtividade e a elevação do salário real do trabalhador.

O segundo relacionava-se à interiorização do desenvolvimento, para a qual o Estado foi dividido em sete Áreas de Desenvolvimento Regional (ADR), visando dotá-las de infraestrutura econômica e social necessária a um desenvolvimento autossustentado mediante a geração de emprego e renda para a população.

Para a consecução da segunda diretriz, o Plano de Governo propôs, ainda, por intermédio do estabelecimento de parcerias entre as diversas instituições públicas estaduais ligadas ao setor de ciência e tecnologia e ao setor privado, o desenvolvimento de tecnologias que agregassem valor aos segmentos tradicionais da economia estadual, bem como o fornecimento de assistência especializada às pequenas e médias empresas (CEARÁ, 1992).

A proposta de política industrial do Plano baseou-se na consolidação e modernização da estrutura industrial do Estado, cujo foco era a realização de novos investimentos intensivos em mão de obra, com aproveitamento de matérias-primas locais, em setores tradicionais da atividade econômica estadual como têxteis, de couro e de calçados (CEARÁ, 1992).

No tocante ao investimento em infraestrutura física, fator decisivo para a atração de novos empreendimentos industriais, o governo utilizou-se de recursos obtidos por meio de diversos mecanismos como linhas especiais do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF), além de instrumentos financeiros direcionados ao desenvolvimento regional como o Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Os investimentos tiveram como finalidade a recuperação e construção de estradas, a construção/ampliação de redes de distribuição de energia urbana e rural e a realização de reformas/construção de linhas de transmissão e construção de subestações, com a finalidade de ampliar a capacidade energética do Estado (CEARÁ, 1992).

No setor de recursos hídricos, destacaram-se a construção de adutoras e reservatórios visando à ampliação da capacidade de armazenamento e abastecimento de água do Estado, bem como a construção do Canal do Trabalhador, canal artificial de 113 km de extensão, que garantiu o abastecimento de água da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) em período de escassez.

Tasso Jereissati assumiu o governo pela segunda vez, com um plano de governo intitulado “Plano de Desenvolvimento Sustentável: Avançando nas Mudanças (1995 – 1998)” e visão de longo prazo (2020), com foco no desenvolvimento sustentável do Ceará.

O Plano foi organizado em torno de cinco vetores de intervenção, voltados para alcançar o desenvolvimento sustentável do Estado: Vetor I – Proteção do Meio ambiente; Vetor II – Reordenamento do Espaço; Vetor III – Capacitação da População; Vetor IV – Geração de Emprego e Desenvolvimento sustentável da Economia; e Vetor V – Desenvolvimento da Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (CEARÁ, 1995). A partir desses vetores, um conjunto de programas estruturantes e prioritários foi definido, visando ao alcance dos objetivos propostos no instrumento de planejamento em questão.

A interiorização do desenvolvimento socioeconômico era uma das linhas de ação do Plano, que levava em conta as potencialidades e vocações econômicas de cada uma das 20 regiões em que o Estado foi subdividido.

Quanto às obras estruturantes previstas no vetor V do Plano, enfatizou-se a expansão da capacidade do sistema portuário do Estado, mediante o aumento do calado do Porto de Mucuripe e a criação de um novo porto localizado no município de Pecém.

A criação desse novo porto, localizado fora do perímetro urbano de Fortaleza, suscitou a possibilidade de instalação de um complexo industrial-portuário, que teria importância primordial na busca da concretização da instalação de uma refinaria e uma siderurgia no Estado.

Chegou-se a assinar protocolos de intenção para a viabilização desses empreendimentos, porém não foram efetivados. Como continuidade da política de interiorização industrial, visando à indução da geração de emprego e renda, o governo iniciou estudos para implantação, em diferentes regiões do Estado, de polos industriais com concentração nos setores de calçados, confecção, metal-mecânico e eletrônicos (PONTES, 2003).

O fortalecimento da infraestrutura básica, tendo como finalidade a atração de novos investimentos industriais, refletiu na duplicação da capacidade de energia elétrica estadual com a instalação do Linhão Banabuiú-Fortaleza, na conservação da malha viária existente, bem como na abertura de novas ramificações no item estradas de rodagens, e no aumento da capacidade de armazenamento de água, com a construção do açude Castanhão e de outros reservatórios menores.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur I), financiado pelo Banco Internacional para *Reconstrução* e Desenvolvimento (Bird), em parceria com o governo federal e os estados do Nordeste, tendo como agente financeiro nacional o Banco do Nordeste, possibilitou inserir no Plano de Governo em questão a elaboração de Planos de Trabalhos (PAT) voltados para o levantamento de potencialidades em 22 municípios, todos fora da região litorânea contemplada na primeira fase do Prodetur-CE.

Destaca-se, nesse período, a construção do Aeroporto Internacional Pinto Martins e da Rodovia Estruturante, a implantação de sistemas de abastecimento de água e esgoto em municípios da Costa do Sol Poente, além da oferta de cursos de capacitação aos segmentos hoteleiro, de restaurante e de turismo receptivo. Todas essas obras estruturantes e os serviços ofertados foram financiados com recursos do Prodetur-CE.

O setor de cultura e arte foi beneficiado com a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza.

Em relação ao setor primário, priorizou-se o Projeto São José e o Projeto de Reforma Agrária Solidária, o qual se tornou referência nacional (SOUZA, 2003).

No setor da educação, foram criados os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT), voltados para a capacitação na área de serviços técnicos e processos produtivos em

municípios polos que estivessem localizados fora da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Também foram criados os Centros de Ensino Tecnológicos (Centec), cujo objetivo era promover a formação de mão de obra qualificada para as indústrias que se instalassem fora da RMF, com cursos de formação de técnicos e tecnólogos em eletromecânica, tecnologia de alimentos e na área de recursos hídricos (saneamento ambiental e irrigação). Os municípios beneficiados seriam Sobral, Juazeiro do Norte e Limoeiro do Norte.

Seguindo as diretrizes anteriores do Governo das Mudanças, enfatizou-se a atração de investimentos industriais, utilizando-se, para tanto, do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) e do Programa de Atração de Investimentos Industriais (Provin).

No que se refere à política energética, atribuiu-se grande relevância à diversificação na geração de fontes alternativas, com destaque para a implantação, com recursos privados, dos parques eólicos da Taíba (5MW) e da Prainha (10MW), e a modernização do parque do Mucuripe (2,4 MW).

A duplicação da oferta de energia elétrica do Estado foi garantida pela conclusão, com recursos federais, do Linhão de Presidente Dutra, possibilitando o aumento do atendimento à população rural por intermédio do programa "Luz no Campo".

Observou-se a modernização do setor primário via agricultura irrigada, com a introdução de sete agropolos, destacando-se a introdução da floricultura para exportação.

Verifica-se ainda que, para a consecução dos Planos Plurianuais a partir de 1991, os governos seguintes utilizaram-se de recursos obtidos por meio de diversos mecanismos federais como linhas especiais do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica Federal (CEF), além de mecanismos federais como o Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) (CEARÁ, 1992).

A ênfase dada à atração de investimentos industriais e à realização de obras de infraestrutura, tanto física como social, foi embasada pela utilização do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) e de Programas de Atração de Investimentos Industriais.

Metodologia da pesquisa

Quanto à natureza e à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, que segundo Triviños (1987), trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, objetivando explicar sua origem, relações e mudanças.

Os resultados foram coletados por meio de pesquisa documental, utilizando-se do Plano Plurianual 2008-2011, instituído pela Lei estadual 14.053, de 07 de janeiro de 2008 (CEARÁ, 2008 a), os relatórios de avaliação e revisão do plano (CEARÁ 2008a, 2009a e 2010a) e do documento Monitoramento de Projetos Prioritários do Estado do Ceará (SEPLAG, 2011).

A análise dos dados foi feita com recursos à técnica de Análise de Conteúdo. Vergara (2005) afirma ser essa técnica utilizada para tratamento dos dados cujo objetivo é mostrar tudo sobre determinado tema. Especificamente, sobre a avaliação do Plano Plurianual 2008-2011, mediante monitoramento de programas e projetos prioritários (MAPP), com foco na gestão por resultados.

A partir da análise de dados, e tendo como fundamento o referencial teórico definido, procedeu-se a classificação e agregação de informações, conforme Bardin (1977, p. 104), definindo como unidade de registro e de base pra análise, os aspectos positivos e fragilidades do modelo de gestão implantado no estado, no período do PPA 2008-2011 (CEARÁ, 2010 a).

Avaliação do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-2011

Este capítulo avalia o modelo de gestão orientado para resultados no estado, no período de execução do PPA 2008-2011, contendo os principais pontos positivos e fragilidades do modelo em relação às seguintes dimensões básicas da gestão para resultados: Visão Estratégica e Escolha de Prioridades, e Monitoramento e Avaliação Sistemática.

Quanto à visão estratégica de escolha de prioridades, foram considerados como aspectos positivos, avanços no método de construção do Plano Plurianual 2008-2011, elaborado de forma compartilhada com a sociedade, mediante realização de seminários nas regiões administrativas do estado. Alinhamento estratégico de programas e projetos com os eixos da política de governo, no caso, Economia para Vida Melhor, Sociedade Justa e Solidária e Gestão Ética, Eficiente e Participativa e foco em resultados estratégicos e setoriais de governo (CEARÁ, 2010 a).

No âmbito das fragilidades destacam-se: Custos de manutenção dos equipamentos públicos nem sempre previsto quando da concepção do projeto, Plano de Governo ainda muito burocrático e de pouca sintonia com o planejamento estratégico das secretarias setoriais (CEARÁ, 2010 a).

Em relação à dimensão monitoramento e avaliação sistemática, foram observados como aspectos positivos, rotinas de gerenciamento e monitoramento implantadas nas secretarias setoriais, no caso, metodologias de gerenciamento de projetos e de sistemas corporativos para controles financeiros e orçamentários, tipo Sistema de Orçamento e Finanças – SIOF, e Sistema Integrado de Acompanhamento de Programas e Projetos – SIAP (CEARÁ, 2010 a).

No tocante as fragilidades, verificou-se fragmentação na carteira de projetos do estado. Face ao elevado número de projetos de despesas correntes não continuadas, ocasionando dispersão de esforços e perda de eficácia, além de demasiada centralização decisória na liberação de recursos dos projetos estratégicos setoriais no núcleo estratégico do governo, composto de Casa Civil, Secretaria do Planejamento e Gestão, e Gabinete do Governador.

Considerações finais

A experiência da implantação de uma matriz de gestão por resultados pelo governo do estado em 2007, quando da elaboração e execução do Plano Plurianual 2008-2011, demonstrou evolução no aspecto da avaliação e do monitoramento sistemático de programas e projetos, contudo, há mudanças e melhorias a fazer, tanto para corrigir ou mitigar deficiências e distorções que impedem mudanças de atitude, sob o aspecto cultural, objetivando maior eficiência, eficácia e efetividade da ação governamental, como para incorporar novos atributos, como avanços tecnológicos, advindo do ambiente externo, além de demandas da sociedade e de órgãos de controle, visando maior transparência e responsabilização dos agentes públicos.

A gradual formação de uma cultura de gestão por resultados na administração publicado estadual, a partir do PPA 2008-2011, definirá as políticas públicas a serem seguidas, rompendo barreiras e paradigmas no campo da gestão, e buscando as virtudes da tradicional burocracia, por um lado, e o espírito empreendedor e inovador por outro.

Concluindo essa investigação, pode-se ainda dizer, que a prática da gestão por resultados, exige um novo paradigma e, por consequência, uma nova cultura organizacional, a serem efetivados no curso do processo histórico da gestão e do planejamento público do estado.

Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **DOU de 5.10.1988**. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

JANNUZZI, P. M. Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas: Alínea, 2009.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001.

GARCES, Ariel; SILVEIRA, José Paulo. Gestão pública orientada para resultados no Brasil. **Revista do Serviço Público**, ano 53, n. 4, p. 53-77, out./dez. 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. Lei nº 14.053, de 07.01.08. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011. **DOE de 31.12.03**. Fortaleza, CE: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2008a.

_____. Governo do Estado. Monitoramento de Projetos Prioritários do Estado do Ceará. Fortaleza, 1992.

_____. Governo do Estado. **Plano Ceará Melhor – 1992–1995**. Fortaleza, 1992.

_____. Governo do Estado. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará – 1995–1998**. Fortaleza: Seplan, 1995.

_____. Governo do Estado. **Avaliação 2005, Plano Plurianual (2008-2011)**. Fortaleza, 2008a.

_____. Governo do Estado. **Avaliação 2005, Plano Plurianual (2008-2011)**. Fortaleza, 2009a.

_____. Governo do Estado. **Avaliação 2005, Plano Plurianual (2008-20011)**. Fortaleza, 2010a.